

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDA BORTOLOTTO ALANO

**ANÁLISE DO NÍVEL DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC EM UMA AVALIAÇÃO QUE CONTEMPLA OS
PRINCIPAIS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA CONTÁBIL**

CRICIÚMA

2012

FERNANDA BORTOLOTTO ALANO

**ANÁLISE DO NÍVEL DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC EM UMA AVALIAÇÃO QUE CONTEMPLA OS
PRINCIPAIS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA CONTÁBIL**

Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Me. Cleyton de Oliveira Ritta.

CRICIÚMA

2012

FERNANDA BORTOLOTTO ALANO

**ANÁLISE DO NÍVEL DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC EM UMA AVALIAÇÃO QUE COMTEMPLA
OS PRINCIPAIS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA CONTÁBIL**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Formação e Exercício Profissional.

Criciúma, 09 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Cleyton de Oliveira Ritta – Mestre – Orientador

Prof^o. Milla Lúcia F. Guimarães – Especialista – Examinadora 1

Prof^o. Dourival Giassi - Mestre – Examinador 2

Dedico este trabalho aos meus pais por estarem sempre me apoiando e me dando forças para concluir mais esta etapa na minha vida. Eles, que me auxiliaram sem medir esforços, não apenas neste trabalho, mas em todas as conquistas que obtive até hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me iluminou durante esta caminhada, me auxiliando com força para seguir em frente e coragem para superar todos os obstáculos.

A minha mãe Nádia, meu pai Dorli e meu irmão Vitor Augusto, pelo lar abençoado, por todo amor, apoio e compreensão. Em especial a minha mãe que em todos os momentos esteve do meu lado de forma especial e paciente.

Também agradeço aos colegas, em especial Alini Cavaler, Ketlyn Rosso e Thais Nunes, que se tornaram verdadeiras amigas durante estes anos, que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Ao meu querido orientador, professor Cleyton Ritta, que me auxiliou em todos os quesitos, me dando calma e paciência para a conclusão desta pesquisa.

A todo o corpo docente do Curso de Ciências Contábeis pelos conhecimentos transmitidos que contribuíram para a minha formação e crescimento profissional.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram a construir este trabalho.

**“O homem não é nada além daquilo
que a educação faz dele.”**

Immanuel Kant

RESUMO

ALANO, Fernanda Bortolotto. **Análise do nível de aprendizagem dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UNESC em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil.** 2012. 54 p. Orientador: Cleyton de Oliveira Ritta. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A educação é considerada algo primordial para o desenvolvimento da nação. O ensino em nível superior é o responsável pelo desenvolvimento do conhecimento dos profissionais, preparando-os para o mercado de trabalho. Sendo assim, surge a preocupação com a qualidade das instituições de ensino superior. Por isso, é preciso aferir a qualidade do ensino nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, que, atualmente, são avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e pelo Exame de Suficiência; promovidos pelo Ministério da Educação e Conselho Federal de Contabilidade, respectivamente. Diante ao exposto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o nível de aprendizagem dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil. Para atingir tais objetivos utilizou-se pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa por meio de pesquisa de levantamento. Os resultados apontam que: (i) os alunos ingressantes apresentaram um desempenho geral de acertos de 33,40%, os intermediários de 43,47% e os concluintes 50,05%; (ii) na análise por conteúdo específico foi possível verificar o melhor desempenho de acertos foi no conteúdo auditoria e perícia onde os ingressantes apresentaram 43,41%, os intermediários 44,04% e os concluintes 70,54%; (iii) em relação a média de acertos por grupo os ingressantes obtiveram 17 pontos, os intermediários 22 pontos e os concluintes 25 pontos. Conclui-se a partir dos resultados obtidos que os alunos do curso de Ciências Contábeis da UNESC apontam uma evolução, estatisticamente significativa, no nível de aprendizagem contábil à medida que avançam de grupos.

Palavras chave: Avaliação. Curso de Ciências Contábeis. Ensino. Aprendizagem.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura organizacional brasileira da educação	16
Gráfico 1 - Composição da prova em percentual	34
Gráfico 2 - Desempenho geral por grupo	36
Gráfico 3 - Desempenho geral no conteúdo de Contabilidade Geral	38
Gráfico 4 - Desempenho geral no conteúdo Contabilidade de Custos.....	39
Gráfico 5 - Desempenho geral no conteúdo Análise das Demonstrações Contábeis	40
Gráfico 6 - Desempenho geral no conteúdo Contabilidade Pública	41
Gráfico 7 - Desempenho geral no conteúdo Auditoria e Perícia.....	42
Gráfico 8 - Desempenho geral no conteúdo Contabilidade Tributária e Trabalhista .	43
Gráfico 9 - Desempenho geral no conteúdo Contabilidade Gerencial.....	44
Gráfico 10 - Desempenho geral no conteúdo Teoria da Contabilidade.....	45
Gráfico 11 - Desempenho geral no conteúdo Finanças	46
Quadro 1 - Componentes específicos do ENADE.....	27
Quadro 2 - Conteúdo das provas do Exame de Suficiência.....	29
Quadro 3 - Matriz Curricular n. 5 do Curso de Ciências Contábeis da UNESC	32
Quadro 4 - Conteúdos específicos das questões.....	34
Quadro 5 - Composição da população e amostra	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de acertos	36
Tabela 2 - Desempenho geral por conteúdo específico	37
Tabela 3 - Média de acertos por grupo	47
Tabela 4 - Estatística descritiva do desempenho geral de acertos	47
Tabela 5 - ANOVA sobre as diferenças de acertos entre os grupos	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANOVA - Análise da Variância

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CNE - Conselho Nacional de Educação

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

DOU - Diário Oficial da União

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

FUCRI - Fundação Educacional de Criciúma

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

PPP - Projeto Político Pedagógico

SINAES - Sistema de Avaliação de Educação Superior

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 EDUCAÇÃO	15
2.1.1 Papel da educação	15
2.1.2 Diretrizes da educação	16
2.1.3 Papel do professor	18
2.1.4 Papel do aluno	18
2.1.5 Papel do processo de ensino e aprendizagem	19
2.2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	20
2.3 ENSINO SUPERIOR EM CONTABILIDADE	21
2.3.1 Histórico	22
2.3.2 Diretrizes educacionais dos cursos de Ciências Contábeis	23
2.3.3 Sistemas de avaliação da área de Ciências Contábeis	25
2.3.3.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE	25
2.3.3.2 Exame de Suficiência	27
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	30
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	31
3.3 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS	33
3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
3.4.1 Desempenho geral por grupo	35
3.4.2 Desempenho geral por conteúdos específicos	37
3.4.3 Desempenho geral médio de acerto por grupo	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se inicialmente o tema e problema do estudo. Na sequência demonstram-se os objetivos geral e específicos. Em seguida expõe-se a justificativa para sua realização do estudo. Por fim, descrevem-se os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos.

1.1 TEMA E PROBLEMA

A educação é muito importante para o desenvolvimento dos países. Sua principal função é propagar o conhecimento entre os indivíduos.

No passado, a conclusão em um curso superior era considerado o fim do processo de ensino; sendo assim o curso superior era a etapa final para a formação profissional. Nos dias atuais, o curso superior é de extrema importância, mas não pode mais ser considerado como o fim do processo, pois hoje em dia muitos formados procuram outros tipos de especialização após o curso de graduação para complementar os seus estudos.

A educação superior acontece por meio de Instituições de Ensino Superior (IES). Elas têm a função de propagar o conhecimento para a formação de profissionais qualificados para as diversas profissões do mercado de trabalho.

Com o crescimento da oferta de cursos de graduação e instituições de ensino no Brasil, surgiu a preocupação da sociedade com a qualidade de ensino. Diante disso, o Governo Federal por meio do Ministério da Educação (MEC) criou a Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004, com o intuito de avaliar o ensino e fazer com que as IES se comprometam a transmitir um conhecimento de modo mais qualificado.

Com esta Lei, foi criado o Sistema de Avaliação de Educação Superior (SINAES) que serve para a avaliação das instituições de ensino, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação de desempenho dos acadêmicos.

Dentre as ferramentas para a avaliação institucional estabelecido pelo SINAES destaca-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que visa mensurar o desempenho dos aos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares.

Outro instrumento para verificar o nível de aprendizagem dos estudantes são os exames promovidos pelos órgãos de classe para a obtenção do registro profissional. Isto é, estes exames visam nivelar a aprendizagem dos recém-formados para o alcance do registro profissional, para então poderem exercer a profissão.

Com esses exames fica evidente a preocupação da sociedade em relação à qualidade do ensino e capacitação técnica dos futuros profissionais para atuação no mercado de trabalho. Salienta-se ainda, que hoje o número de recém-formados disponíveis no mercado é alto, pois várias empresas exigem o ensino superior completo, e então surge a necessidade do exame para complementar eventual falha que possa ter ocorrido no ensino superior.

Diante do exposto surge a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o nível de aprendizagem dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Destaca-se como objetivo geral desta pesquisa verificar o nível de aprendizagem dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UNESC em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil.

Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos os seguintes:

1. Verificar o desempenho geral dos alunos ingressantes, intermediários e concluintes;
2. Verificar o desempenho por conteúdo específico dos acadêmicos ingressantes, intermediários e concluintes;
3. Identificar a média de acertos dos grupos ingressantes, intermediários e concluintes.

1.3 JUSTIFICATIVA

A qualidade dos cursos de graduação é de extrema valia para a sociedade, pois é através do ensino que se forma profissionais qualificados para as diversas profissões que proporcionam o desenvolvimento da nação.

Para Marion (2001, p. 11), “a universidade é o local adequado para a construção do conhecimento, para a formação da competência humana”.

Este trabalho se justifica socialmente, pela reflexão sobre a responsabilidade da instituição de ensino, dos docentes e discentes no que tange a qualidade do ensino contábil. Cabe ressaltar que estudos para compreender o ensino contábil é cada vez mais necessário, visto que o contador está cada dia mais influente nas organizações.

Laffin (2005, p. 35) observa que

[..] o contador necessita agir para além dos processos de escrituração e emissão dos demonstrativos contábeis. A ação do contador é de pensar a organização através dos conhecimentos contábeis e, neste sentido, requer-se um profissional capaz de articular as competências de sua área de atuação às necessidades do contexto organizacional em novas dimensões.

A contribuição teórica do estudo ocorre pela discussão dos métodos de ensino e os resultados da aprendizagem na construção do conhecimento. Deste modo, mostra-se a importância do processo de avaliação do ensino-aprendizagem através de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Como ponto de vista prático este estudo contribui para o curso analisado, de forma a propiciar um conhecimento sobre o desempenho dos acadêmicos na avaliação, observando os pontos fortes e fracos no processo de ensino, e assim, aplicar as melhorias cabíveis.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para responder o problema do trabalho é necessário utilizar um conjunto de procedimentos metodológicos de pesquisa que são: objetivo, abordagem, tipologia, procedimento. Tais procedimentos são descritos a seguir.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois visa identificar o nível de aprendizagem dos alunos em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil. Segundo Barros e Leffeld (2000), neste tipo de pesquisa não há a interferência do pesquisador, isto é, ele descreve o objeto de pesquisa, buscando descobrir a frequência com que um objeto ocorre.

Em relação à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa devido a mensurar o desempenho dos alunos investigados. De acordo com Richardson (1985) este tipo de pesquisa é demonstrado através da quantificação

tanto na modalidade de informações, como no tratamento dessas técnicas estatísticas, como percentual de média, desvio-padrão, etc.

No que tange à tipologia, a pesquisa é de levantamento ou survey, pois investiga o desempenho de elementos pertencentes ao curso de Ciências Contábeis da UNESC. Para Gil (1995, p.74) este tipo de pesquisa caracteriza-se

pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Quanto aos procedimentos, a coleta de dados foi realizada por meio de análise documental da avaliação aplicada pelo curso investigado. Segundo Gil (1995, p. 73)

existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

Com o emprego desses procedimentos metodológicos investiga-se o nível de aprendizagem dos alunos em uma avaliação de conhecimentos contábeis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresentam-se aspectos referentes à educação, os requisitos básicos das Instituições de Ensino Superior, o histórico do ensino superior da contabilidade e a avaliação da aprendizagem na área contábil.

2.1 EDUCAÇÃO

Nesta seção é abordado o papel da educação, do professor e do aluno e o processo de ensino-aprendizagem.

2.1.1 Papel da educação

As instituições de ensino são definidas na sociedade como formadoras de cidadãos para atuarem em diversas profissões do mercado de trabalho.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil em seu art. 205

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, a educação tem papel importante para o desenvolvimento pessoal, para que os cidadãos se respeitem e respeitem o interesse coletivo e que tenham acima de tudo comprometimento profissional.

Segundo Pimenta e Anastasiou (2002, p.97), “a educação enquanto reflexo, retrata e reproduz a sociedade; mas também projeta a sociedade que se quer. Por isso, vincula-se profundamente ao processo civilizatório e humano.”

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 em seu art. 2 menciona que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para Walzer (2003, p. 271), “a educação não distribui apenas o futuro aos indivíduos, mas seu presente também”. A educação cuida do desenvolvimento

integral do homem, onde ensina o aluno a pensar, criar, inovar e construir novos conhecimentos. Sendo assim, o ensino é um ato de transmitir informação, para que o conhecimento seja construído. (PELEIAS, 2006).

Nota-se, portanto, que a educação é responsável pela produção de conhecimento, pela qualidade de vida das pessoas, pela formação de riquezas, dentre outros fatores.

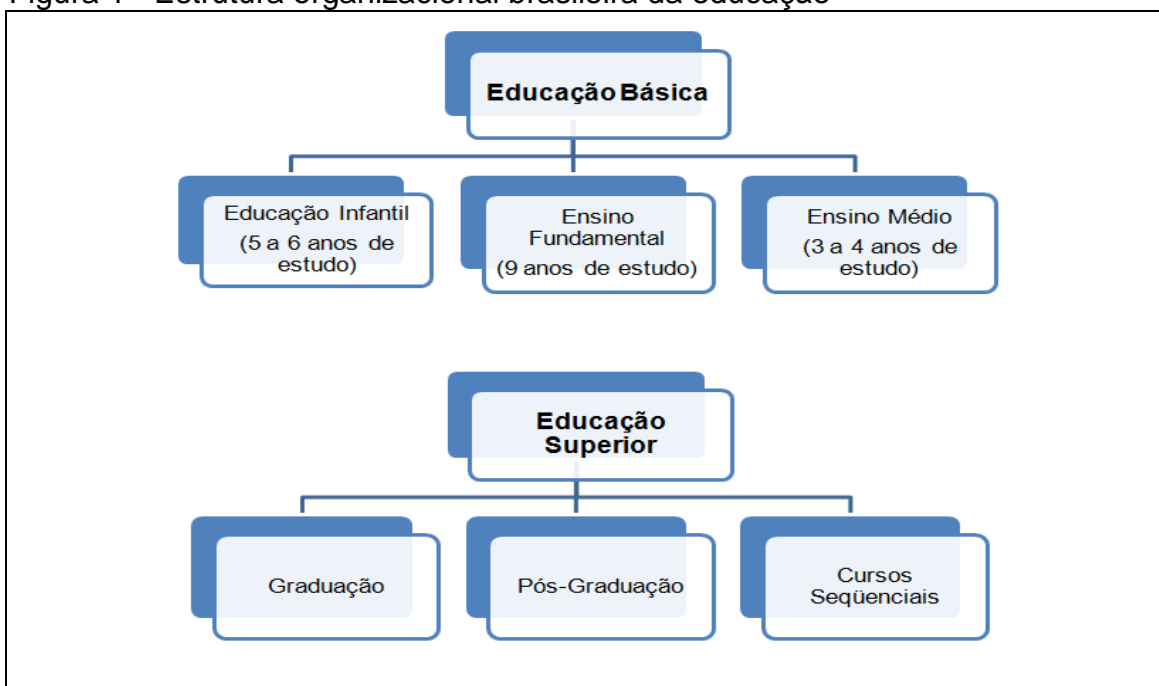
2.1.2 Diretrizes da educação

Atualmente, a educação brasileira é regida pela terceira versão da Lei n. 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo que esta define e regulariza o sistema de educação com base nos princípios da Constituição.

A referida Lei foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Ela está baseada no princípio do direito universal à educação para todos.

De acordo com o art. 21 da LDB n. 9.394/96, a estrutura do ensino brasileiro está dividido em educação básica e educação superior, ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura organizacional brasileira da educação



Fonte: adaptado LDB 9.394/96

A educação básica tem como objetivo desenvolver o educando, fornecendo meios para progredir em estudos superiores.

A LDB n. 9.394/96 em seu artigo 29 salienta que,

a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O ensino fundamental tem como foco a formação básica do cidadão, com duração de nove anos, iniciando-se aos seis anos de idade.

O ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos e possui as seguintes finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (LDB n. 9.394/96, art. 35)

A Educação Superior é regida pelo Capítulo IV da LDB n. 9.394/96 que em seu art. 44 estabelece os seguintes cursos:

- I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).
- II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

A estrutura educacional brasileira pode ser composta por instituições públicas e privadas que oferecem vários níveis de ensino, sendo eles infantil, fundamental, médio ou superior.

2.1.3 Papel do professor

A principal função do professor é preparar o aluno para fazer o uso de sua própria inteligência. Nossa (1999) destaca que o professor deve estimular seus alunos a aprender a aprender, criando um espírito de busca constante de novas descobertas.

Nossa (1999, p. 17), ainda observa que

o docente deve ter um compromisso com a educação como um todo e não simplesmente com o *ensinar* sem nenhum comprometimento com os objetivos mais genéricos da tarefa de educar. O conteúdo a ser transmitido deve ter como marca esse envolvimento do professor.

A principal organização que prepara os profissionais para o futuro é a Instituição de Ensino Superior (IES), portanto, seus docentes deve ter um comprometimento de relacionar o conteúdo em sala de aula com o mundo profissional, para que ocorra melhor compreensão da realidade.

Segundo Laffin (2005), muitos encaram o papel de professor como uma responsabilidade social, uma vez que compete a ele formar cidadãos que devam ser profissionais competentes, que ajudem, dentre outras coisas, a desenvolver as potencialidades do ser humano, como habilidade para trabalhar em grupo, capacidade de pesquisar e de falar em público.

É importante que os docentes se mantenham atualizados, sempre buscando novos conhecimentos por meio de cursos, palestras, congressos, leituras, entre outras possibilidades, para que atuem de forma inovadora e condizente com a realidade.

2.1.4 Papel do aluno

O aluno reúne um conjunto de características significativas para o aprendizado: senso crítico, capacidade de questionar, atenção e interesse pelo aprendizado.

Conforme Marion (2001), o aluno é considerado capaz de construir a relação ensino-aprendizagem a partir da sua iniciativa em buscar e descobrir novas ideias, apropriando-se assim do conhecimento.

A ética também deve ser aprimorada durante a aprendizagem. Ela precisa estar presente na forma de pensar e agir dos alunos, de forma a propiciar indícios positivos na sua formação pessoal e profissional.

Segundo Lins (2000, p. 17) “[...] é fundamental mobilizar as experiências e vivências dos alunos para conseguir interessá-los e envolvê-los e, assim, lograr sucesso no processo de aprendizagem.”

Em relação aos cursos de graduação, esses estudantes devem estar atentos às competências exigidas pelo mercado de trabalho, a fim de explorar ao máximo o professor e a infraestrutura da IES.

2.1.5 Papel do processo de ensino e aprendizagem

A metodologia do ensino é o que determina a maneira de como o aluno participará do processo de aprendizagem. O professor deve decidir como será essa participação do aluno que poderá ter uma atitude de receptor ou depositário do conhecimento ou participativo de forma dinâmica na construção do conhecimento.

Para Peleias (2006) o processo de ensino é o conjunto de ações utilizadas para promover aprendizagem, já a aprendizagem é o processo de desenvolvimento de como se aprende.

Oliveira (2005, p. 95) salienta que “na educação do futuro, o professor deverá tornar-se parceiro dos estudantes no processo de construção do conhecimento, através de atividades de pesquisa e de busca de inovação pedagógica”.

Para garantir a formação de profissionais qualificados e eficácia no processo de ensino aprendizagem, é preciso que haja o comprometimento, tanto do corpo docente como do discente, na utilização de metodologias de ensino adequadas e com conteúdos de acordo com as exigências do mercado.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2011) destaca que, o processo de ensino e aprendizagem se desenvolve de maneira presencial, não presencial ou mista, utilizando para este fim, ambientes educacionais. Ele está centrado no educando e dá ênfase tanto ao método quanto ao conteúdo.

O ensino consiste em transmitir informações, de modo a proporcionar a disseminação do conhecimento. Já a aprendizagem é mais abrangente, pois trata do

desenvolvimento da reflexão, criação, inovação e senso crítico, entre outros. Sendo assim, ambos têm papel importante na formação do indivíduo.

2.2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

As instituições de ensino superior são as principais responsáveis pelo desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas. É através dela que se assimila o conhecimento para o exercício de uma profissão.

Segundo a Lei n. 9.394/96, em seu art. 43, a educação superior tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Existem diversos tipos de instituições de ensino, sendo elas classificadas em Universidades, Centros Federais de Educação Tecnológica, Centros Universitários, Faculdades, Faculdades Integradas, Faculdades de Tecnologia, Institutos e Escolas Superiores.

Conforme a Lei 9.394/96, em seu art. 19, as instituições de ensino dos diferentes tipos e níveis classificam-se nas seguintes categorias:

- I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Para a garantia de um bom funcionamento das instituições superiores, tem-se um credenciamento com prazos limitados nos órgãos competentes, sendo renovados periodicamente, através de processos regulares de avaliação. Caso as IES não estiverem de acordo legislação poderão ser descredenciadas.

O Decreto n. 5.773/06 em seu artigo 14 ressalta que as fases do credenciamento são elencadas da seguinte forma: solicitar o protocolo do pedido junto à secretaria competente, logo em seguida será analisado os documentos pela secretaria competente, avaliação in loco pelo INEP, parecer da secretaria competente, deliberação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologação do parecer do CNE pelo Ministro de Estado da Educação.

Com o objetivo de verificar o funcionamento das IES, foi instituído pela Lei n. 10.861/04 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que visa assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior.

A Lei 10.861/04, em seu art. 1 no § 1, esclarece que o SINAES tem como finalidade:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

As IES podem ser públicas ou privadas e devem ter professores com amplo conhecimento específico na área de formação, para propagar conhecimento pleno aos educandos.

2.3 ENSINO SUPERIOR EM CONTABILIDADE

Nesta seção abordam-se os seguintes aspectos do ensino superior em contabilidade: histórico, diretrizes educacionais e sistemas de avaliação.

2.3.1 Histórico

A história da contabilidade acompanha a evolução da civilização, com o crescimento e o progresso da humanidade. Para Sá (1997, p.16), “a história da contabilidade, encontra suas bases nas mais remotas idades, mas sua dignidade científica só ocorreu quando as demais disciplinas também encontraram tal caminho, ou seja, há pouco tempo”.

A contabilidade no seu início era utilizada pelo homem apenas para o controle do patrimônio. Atualmente, é muito importante para as organizações, pois o mercado exige informações mais precisas e que suporte a tomada de decisão.

Laffin (2005, p. 105) salienta que

a contabilidade foi, pois, surgindo de forma tímida como objeto e área de conhecimentos a ser transmitido. Primeiramente, como disciplina em cursos esparsos, e mais tarde surge como curso específico, com o objetivo de preparar profissionais com maior crescimento nessa área de atuação.

“A primeira escola a abordar oficialmente a contabilidade no Brasil foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, fundada em 1902.” (MARION, 2001 p. 38).

Os cursos específicos de contabilidade foram criados em 1931, por meio do Decreto n. 20.158 que instituiu o curso Técnico de Contabilidade com duração de dois anos para formar Guarda Livros.

Após esse período, uma nova fase se iniciou para o ensino da contabilidade. Isto se deve a fatores como o desenvolvimento econômico causado pelo aumento de produção e crescimento da urbanização da sociedade brasileira. Então, surgiu uma maior necessidade de informações contábeis e, conseqüentemente, um maior reconhecimento para os profissionais da área.

Em 1945 foi instituído o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais mediante a Lei n. 7.988, mas apenas em 1949 que iniciou a primeira turma de Ciências Contábeis. (MARION, 2001).

Os Cursos de Ciências Contábeis e Atuariais foram desmembrados em 1951 mediante a Lei n. 1.401, com isso os referidos cursos passaram a ser específicos, possibilitando então que os concluintes pudessem receber o título de Bacharel em Ciências Contábeis. (MARION, 2001).

Atualmente no Brasil, existem muitos cursos de graduação em Ciências Contábeis, devido à alta demanda por profissionais. Ressalta que o Bacharel em

Ciências Contábeis pode atuar em diversas atividades de gestão, sendo elas contadores de empresas privadas, públicas, perito contábil, planejador financeiro, administrador judicial, dentre outros, pois a contabilidade está presente em todas as áreas organizacionais.

2.3.2 Diretrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis

O objetivo das diretrizes curriculares é minimizar os transtornos dos alunos que desejam trocar de instituição de ensino, definir tempo mínimo e máximo de duração dos cursos e promover uma uniformidade mínima profissionalizante. (Res. CNE/CES n. 67/2003).

Os cursos de Ciências Contábeis, especificamente, são regidos pela resolução CNE/CES n. 10 de 16 de dezembro de 2004 que institui as diretrizes curriculares nacionais para formação de bacharéis em Ciências Contábeis.

A referida resolução salienta que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve ter condições de: a) formar um futuro profissional que esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras nos diferentes modelos de organizações; b) ter capacidade crítica quanto às implicações organizacionais; e c) possuir domínio pleno das responsabilidades funcionais envolvendo auditoria, perícia e apurações com o auxílio de inovações tecnológicas.

Os cursos de graduação em Ciências Contábeis devem revelar as seguintes competências e habilidades:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de

decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais. (Res. CNE/CES n. 10/2004, art. 4).

Para uma organização interna dos cursos, por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP), devem ser definidos o perfil dos profissionais que se deseja formar. Neste documento são mencionados as atividades e os projetos que se pretende desenvolver em relação: a) ao ensino, pesquisa e extensão; b) formas de contratação e capacitação dos docentes; c) recursos necessários para o funcionamento adequado do curso, tais como: laboratórios, biblioteca, entre outros. (MASSETO, 2003).

De acordo com o art. 2 no § 1º, da Resolução nº 10/2004, o PPP dos cursos deve abranger:

- I – objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II – condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III – cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;
- IV – formas de realização de interdisciplinaridade;
- V – modos de integração entre teoria e prática;
- VI – formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII – modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII – incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX – concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observando o respectivo regulamento;
- X – concepção e composição das atividades complementares;
- XI – inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC).

A referida resolução, ainda estabelece no art. 5 a seguinte organização curricular e campos interligados de formação:

- I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes,

Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade (Art. 5º, RES. 10/2004).

O PPP é um dos principais instrumentos norteadores dos cursos de graduação. Deve ser implantado para possibilitar ao acadêmico um maior desenvolvimento intelectual e melhores oportunidades no mercado de trabalho.

2.3.3 Sistemas de avaliação da área de Ciências Contábeis

O sistema de avaliação do nível de aprendizagem dos cursos de Ciências Contábeis é constituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes- ENADE e Exame de Suficiência que são promovidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), respectivamente. As características de tais exames são apresentadas a seguir.

2.3.3.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE

O ENADE tem objetivo de auferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

Como um dos instrumentos de avaliação, ele expõe:

[...] o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos revistos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para justamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. (PORTARIA 107, Art. 5, § 1, INEP, 2004).

Inicialmente, realizavam o ENADE os estudantes do final do primeiro ano, considerados como ingressantes, sendo que até a data inicial do período de inscrição tivessem concluído entre 7% a 22% da carga horária mínima do currículo da IES. Já os concluintes, considerados como os alunos do final do último ano do curso, até a data de inscrição deveriam ter concluído pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do curso da IES. (INEP, 2011).

Segundo a Portaria n. 6 do MEC (2012), para prova ENADE do ano de 2012 estão selecionados apenas os alunos que tiverem concluído mais de 80% da

carga horária mínima do currículo do curso da IES, bem como os alunos que tiverem expectativa de conclusão do curso até julho de 2013.

Em se tratando dos aspectos para avaliação do ENADE, são evidenciados os seguintes itens:

avaliação do desempenho dos acadêmicos com relação aos conteúdos programáticos descritos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes em relação a realidade brasileira e mundial. (PORTARIA 197, Art. 3, INEP, 2004).

Em relação à prova aplicada, ela foi única para todos os acadêmicos, ingressantes e concluintes. Sendo composta por 40 questões, que se subdividem em 2 partes: a parte de formação geral e a parte de formação específica. (INEP 2011).

Os cursos de Ciências Contábeis foram analisados nos anos de 2006 de acordo com a portaria INEP n. 121 e em 2009 conforme a portaria INEP n. 125. O quadro 1 demonstra os conteúdos das provas em ambos os anos da área específica de Ciências Contábeis.

Quadro 1 - Componentes específicos do ENADE

ENADE 2006 - Portaria INEP n. 121	ENADE 2009 - Portaria INEP n. 125
Teoria contábil e características qualitativas da informação contábil	Análise e interpretação de demonstrações contábeis
Ética geral e profissional	Teoria Contábil
Escrituração contábil e elaboração de demonstrações contábeis	Escrituração contábil e elaboração de demonstrações contábeis
Análise e interpretação de demonstrações contábeis	Legislação societária, comercial, trabalhista e tributária
Contabilidade e análise de custo	Contabilidade e análise de custos
Controladoria	Controladoria
Orçamento e administração financeira	Orçamento e administração financeira
Contabilidade e orçamento governamental	Contabilidade e orçamento governamental
Noções de auditoria externa e interna	Auditoria externa e interna
Noções de perícia e arbitragem	Perícia
Noções de legislação societária, trabalhista e tributária	Estatística descritiva e inferência
Noções de estatística descritiva e inferência (especialmente probabilidade)	Sistemas e tecnologias de informações
Noções de sistemas e tecnologias de informações	Contabilidade societária
	Contabilidade Gerencial
	Ética geral e profissional

Fonte: Adaptado INEP (2012)

Ao comparar os componentes específicos dos anos de 2006 e 2009 se pode observar que foram acrescentados nos conteúdos de 2009 legislação comercial, contabilidade gerencial e contabilidade societária.

2.3.3.2 Exame de Suficiência

O Conselho Federal de Contabilidade foi criado pelo Decreto-Lei n. 9295/46 por meio dele é possível orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil no Brasil.

O CFC instituiu o Exame de Suficiência, por meio da Resolução CFC n. 853/1999 posteriormente revogada pelas Resoluções n. 928/02, 933/02, 994/04, 1301/10 atualmente regida pela Resolução n. 1373/2011.

O Exame de Suficiência avaliou os recém-formados de 2000 até 2004. Já em abril de 2005 ele foi suspenso em todo o território nacional. A suspensão do exame decorreu do ajuizamento de uma ação popular contra o CFC. O fundamento

da ação foi que somente Lei poderia exigir tal obrigatoriedade e este estava instituído por Resolução do CFC. (CRCRS, 2012)

Com a suspensão do exame de suficiência, os candidatos que se submeteram ao exame em outras oportunidades, com ou sem aprovação, ou a aqueles que já concluíram o curso sem a realização do exame podem requerer o registro profissional. (CRCRS, 2012)

Em 11 de junho de 2010, após aprovação da Lei de Regência da Contabilidade n. 12.249/2010, o exame de suficiência volta a vigorar para os futuros profissionais da contabilidade a partir do segundo semestre de 2010.

Em 8 de dezembro de 2011 foi instituída a Res. n. 1373 que regulamenta o exame de suficiência como requisito para obtenção ou reestabelecimento do registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

Para Koliver (1999, p. 8), a necessidade do Exame de Suficiência deriva, “basicamente, dos desníveis qualitativos registrados nos cursos de graduação em Ciências Contábeis e nos cursos técnicos em contabilidade.”

Segundo Coelho (1999), a implantação deste exame permite uma melhora gradativa no ensino da contabilidade.

Os defensores do exame de suficiência acreditam que o mesmo serve para comprovar a eficiência dos cursos de graduação, exigindo um melhor desempenho do recém-formado para qualquer falha que talvez possa ter existido durante a sua formação acadêmica.

Coelho (1999, p. 17) esclarece que a “exigência do Exame de Suficiência a todos os formandos, quer sejam de nível médio, quer de nível superior, significa um maior controle, por parte do órgão fiscalizador, sobre a disponibilização desses profissionais ao mercado de trabalho.”

De acordo com o Decreto-Lei 9295/46 em seu artigo 12,

somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos.

A Res. n. 1.373/2011 menciona que o Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade.

Sendo assim, o profissional recém-formado só pode registrar-se no Conselho Regional de Contabilidade, mediante obtenção de no mínimo 50% dos pontos possíveis do exame. (Resolução 1.373/2011, art. 4).

O exame é aplicado duas vezes ao ano, em todo território nacional, sendo uma edição a cada semestre, com todas as informações necessárias fixadas em edital, publicado com no mínimo sessenta dias de antecedência da data de sua realização. (Resolução 1.373/2011, art. 3).

O Quadro 2 demonstra quais são os conteúdos dispostos nos exames de suficiência.

Quadro 2 - Conteúdo das provas do Exame de Suficiência

I - Técnico em Contabilidade	II- Ciências Contábeis
Contabilidade Geral	Contabilidade Geral
Noções de Direito	Contabilidade de Custos
Matemática Financeira	Contabilidade Aplicada ao setor Público
Legislação e Ética Profissional	Controladoria
Lingua Portuguesa	Teoria da Contabilidade
Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade	Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade
	Legislação e Ética Profissional
	Auditoria Contábil
	Perícia Contábil
	Matemática Financeira e Estatística
	Lingua Portuguesa

Fonte: Resolução 1.373/2011

No caso de aprovação, o CRC disponibilizará a Certidão de Aprovação, sendo que esta deverá ser apresentada quando for feita a solicitação do registro. O candidato tem até dois anos a contar da data de publicação do resultado oficial no Diário Oficial da União (DOU), para requer o registro profissional na categoria em que tenha sido aprovado. (Resolução 1373/11, art. 12)

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, primeiramente, demonstram-se a caracterização da Instituição e do Curso investigado. Logo em seguida descrevem-se os procedimentos da coleta dos dados. Por fim, apresentam-se os resultados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Em 1968 um movimento comunitário visava à implantação do ensino superior no sul catarinense, que até então não existia na região. No mês de junho do mesmo ano, foi criado então a Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) que hoje é mantenedora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

No início de suas atividades mantinha apenas cursos voltados ao magistério, mas com o tempo a demanda foi exigindo outras áreas de especialização. Atualmente, a UNESC conta com 36 cursos de graduação e 10 cursos tecnológicos, todos com ênfase na excelência em educação superior. (UNESC, 2012).

A instituição de ensino é reconhecida pela excelência na formação profissional, ofertando uma educação de qualidade com ética na produção do conhecimento científico e tecnológico, visando o compromisso socioambiental. (UNESC, 2012).

Para construir a sociedade que todos almejam, as Universidades, inclusive a UNESC, devem ter uma qualidade de ensino que ofereça uma educação que contribua para a formação de profissional capaz de atuar como agente de transformação e construção da sociedade com valores. (PPP – CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC, 2012).

Com base na formação de um profissional qualificado, a UNESC tem como missão “educar, por meio de ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida” (UNESC, 2012).

Dentre os cursos de graduação oferecidos pela instituição, destaca-se o Curso de Ciências Contábeis, o qual é objeto de estudo desta pesquisa.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Contábeis da UNESC teve sua criação em 30 de junho de 1975, por meio do Decreto n. 75.920, de 30/06/1975, sendo reconhecido pela Portaria Ministerial n. 198, de 03/03/1980, publicada no D.O.U n. 42 em 03/03/1980. (PPP – CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC, 2012).

O surgimento do curso se fez necessário em virtude da região necessitar de profissionais qualificados que atendessem as organizações. Outro importante fator para sua implantação foi que existia uma grande demanda para este curso de graduação, pois as pessoas se deslocavam para outras regiões para realizá-lo (PPP – CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC, 2012).

O curso tem como missão formar profissionais competentes, com visão empreendedora e globalizada, comprometidos com o desenvolvimento econômico e social. Já como objetivo geral, o curso pretende viabilizar a formação de profissionais competentes, dinâmicos e empreendedores, como cidadãos participantes e responsáveis pela promoção do desenvolvimento econômico e social da região (PPP – CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC, 2012).

Hoje o profissional de Ciências Contábeis tem diversas áreas de atuação, tanto na área privada, nos setores comerciais, industriais e de serviços, tanto na área pública. As principais atividades a serem desempenhadas são: Peritos Contábeis, Analistas Financeiros, Contadores de Órgãos Públicos e Privados, Consultores, Escritores, dentre outros (PPP – CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNESC, 2012).

Atualmente, o curso possui duas matrizes curriculares em andamento, que são n. 4 e a n. 5. A matriz n. 4 foi implantada no 1º semestre de 2004 e a matriz n. 5 foi implantada no 2º semestre de 2009.

O Quadro 3 demonstra as disciplinas que contemplam a matriz curricular n. 5.

Quadro 3 - Matriz Curricular n. 5 do Curso de Ciências Contábeis da UNESC

Curso: Ciências Contábeis	Carga Horária: 3.000 horas										
Habilitação: Bacharel em Ciências Contábeis Duração	Duração Mínima: 9 semestres										
Reconhecimento: Portaria Ministerial n. 198 de 03/03/80	Duração Máximas: 14 semestres										
Disciplinas	Créditos por Fases									Créd	Horas
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Metodologia Científica e da Pesquisa	4									4	60
Produção e Interpretação de Textos	4									4	60
Comportamento Organizacional	4									4	60
Matemática Aplicada à Contabilidade	4									4	60
Contabilidade Introdutória I	4									4	60
Contabilidade Introdutória II		4								4	60
Contabilidade e Instituições de Direito Público e Privado		4								4	60
Matemática Financeira		4								4	60
Economia		4								4	60
Estatística Aplicada à Contabilidade		4								4	60
Análise Financeira de Investimentos			4							4	60
Contabilidade e Direito Empresarial			4							4	60
Contabilidade, Legislação Trabalhista e Previdenciária			4							4	60
Sociologia			4							4	60
Contabilidade Intermediária I			4							4	60
Contabilidade Intermediária II				4						4	60
Contabilidade de Custos				4						4	60
Contabilidade e Direito Tributário Aplicado				4						4	60
Contabilidade e Mercado de Capitais				2						2	30
Ética e Legislação Profissional				2						2	30
Contabilidade, Meio Ambiente e Responsabilidade Social				4						4	60
Contabilidade e Análise de Custos					4					4	60
Contabilidade Avançada I					4					4	60
Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis I					4					4	60
Contabilidade Tributária I					4					4	60
Estágios - Práticas Contábeis I					4					4	60
Contabilidade Avançada II						4				4	60
Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis II						4				4	60
Contabilidade Tributária II						4				4	60
Estágios - Práticas Contábeis II						4				4	60
Contabilidade e Governança Corporativa nas Empresas						4				4	60
Contabilidade Tributária III							4			4	60

Continua...

											Conclusão	
Estágios - Práticas Contábeis III							4				4	60
Contabilidade Orçamentária Empresarial							4				4	60
Auditoria Contábil							4				4	60
Teoria da Contabilidade							4				4	60
Estágios - Práticas contábeis IV								4			4	60
Estágios - Elaboração de Projeto de TCC								4			4	60
Perícia e Investigação Contábil, e Arbitragem									4		4	60
Contabilidade Gerencial									4		4	60
Contabilidade Pública I									4		4	60
Contabilidade Pública II										4	4	60
Disciplina Optativa										4	4	60
Trabalho De Conclusão De Curso - TCC										12	12	180
Total 1	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	180	2700
Atividades de Formação Complementar												180
Atividades Práticas Específicas												120
Total 2	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	180	3000
Disciplinas Optativas												
Contabilidade e Simulação Empresarial												
Libras												
Psicologia												

Fonte: Curso de Ciências Contábeis UNESC

O curso oferece 100 vagas noturnas a cada semestre e possui duração mínima de 4 anos e meio.

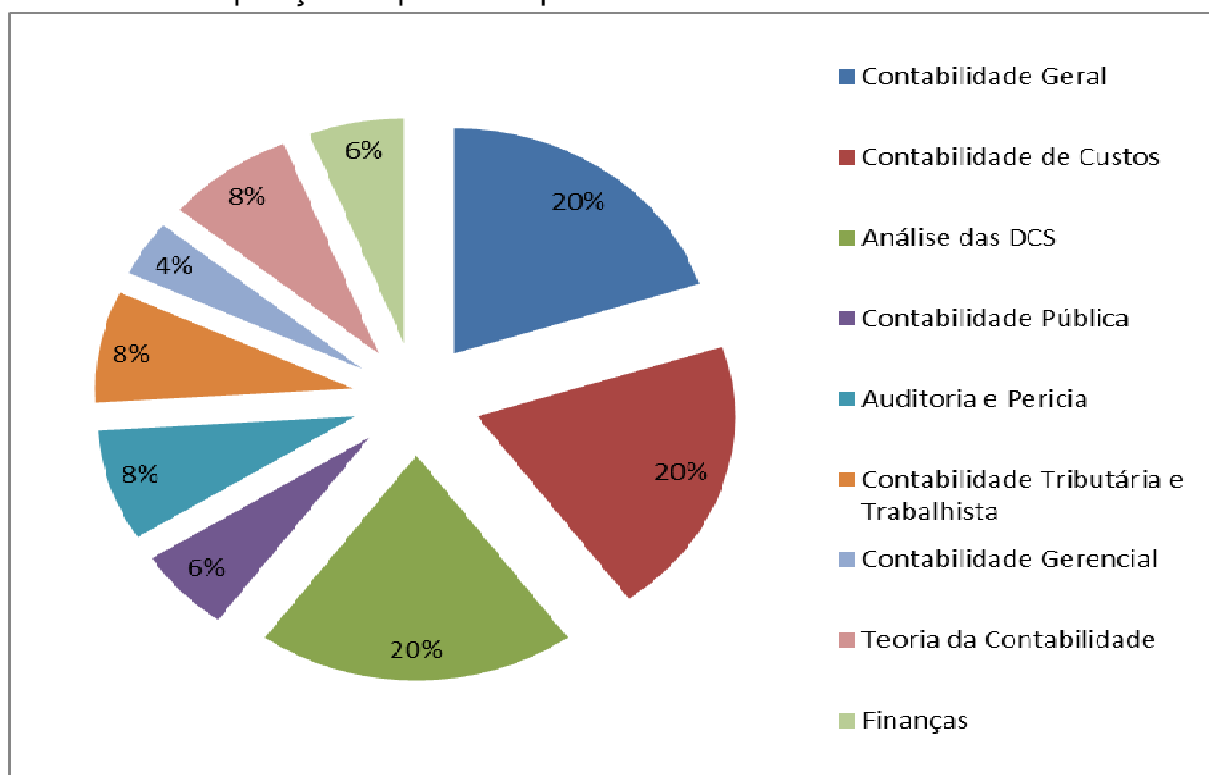
3.3 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS

Com o objetivo de avaliar o nível de aprendizagem dos alunos em uma avaliação que contém os principais conteúdos da área contábil, o curso realizou um simulado com todos os alunos presentes no dia 06 de outubro de 2011.

A avaliação era composta por 50 questões, divididas em nove conteúdos: Contabilidade Geral (10 questões), Contabilidade de Custos (10 questões), Análise das Demonstrações Contábeis (10 questões), Contabilidade Pública (3 questões), Auditoria e Perícia (4 questões), Contabilidade Tributária e Trabalhista (4 questões), Contabilidade Gerencial (2 questões), Teoria da Contabilidade (4 questões), Finanças (3 questões).

O Gráfico 1 demonstra a proporção dos conteúdos que contemplava a avaliação.

Gráfico 1 - Composição da prova em percentual



Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 4 expõe os conteúdos específicos das questões.

Quadro 4 - Conteúdos específicos das questões

Conteúdos	Assuntos
Contabilidade Geral	classificação e identificação das contas, escrituração e plano de contas
Contabilidade de Custos	métodos de custeio, classificação e nomenclatura e margem de contribuição
Análise das Demonstrações Contábeis	capital próprio e de terceiro, índice de liquidez e índice de endividamento
Contabilidade Pública	LOA (Lei Orçamentária Anual), receitas e despesas públicas e os sistemas da contabilidade pública
Auditoria e Perícia	papel do auditor, tipos de parecer e profissão do perito
Tributária e Trabalhista	obrigações tributárias, apuração do Lucro Real, rescisões, e idade mínima para trabalhar no Brasil
Contabilidade Gerencial	sistemas de informações contábeis
Teoria da Contabilidade	princípios fundamentais da contabilidade e elaboração de balanço
Finanças	juros compostos, juros simples e retorno de investimentos

Fonte: Elaborado pela autora

A avaliação foi aplicada aos alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis que estavam presentes na data da realização da prova. Os alunos foram

divididos em três grupos, classificados como: ingressantes, intermediários e concluintes.

O Quadro 5 demonstra a composição dos grupos conforme sistema de matrícula (alunos) e alunos que realizaram a prova (amostra).

Quadro 5 - Composição da população e amostra

Grupo	Fase	Alunos	Amostra	Percentual
Ingressantes	1 ^a - 2 ^a - 3 ^a	329	262	79,64%
Intermediários	4 ^a - 5 ^a - 6 ^a	235	197	83,83%
Concluintes	7 ^a - 8 ^a - 9 ^a	160	112	70,00%
Total		724	571	78,87%

Fonte: Elaborado pela autora

Para obtenção do número de alunos, consideraram-se os alunos matriculados no segundo semestre de 2011. Sendo assim, tem-se uma população de 724 alunos e uma amostra de 571, podendo-se constatar que quase 79% dos alunos matriculados realizaram a avaliação.

3.4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa estão elencados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, (1) desempenho geral dos grupos ingressantes, intermediários e concluintes (2) desempenho por conteúdo específico dos alunos ingressantes, intermediários e concluintes, (3) média de acertos dos grupos ingressantes, intermediários e concluintes.

3.4.1 Desempenho geral por grupo

Para analisar o desempenho geral por grupo em percentual, foram considerados os acertos totais de cada grupo (ingressantes, intermediários, concluintes), dividido pela multiplicação entre o número de questões da prova e quantidade de alunos que a realizaram.

A Tabela 1 demonstra o percentual de acertos.

Tabela 1 - Percentual de acertos

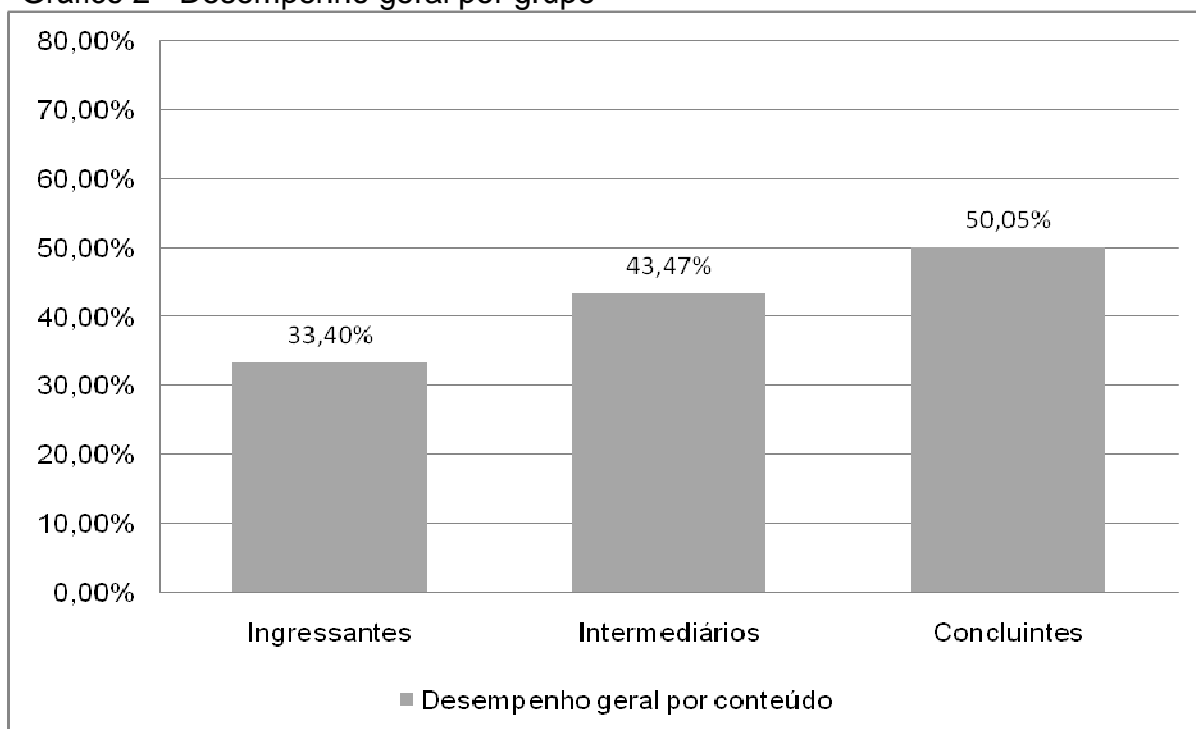
Grupo	Nº Questões	Alunos	Acertos	Percentual
Ingressantes	50	262	4376	33,40%
Intermediários	50	197	4282	43,47%
Concluintes	50	112	2803	50,05%

Fonte: Elaborado pela autora

O cálculo foi realizado do seguinte modo, para os concluintes: $(2803 / (50 \times 112)) \times 100 = 50,05\%$, e assim sucessivamente para os demais grupos.

O Gráfico 2 evidencia os percentuais de acerto geral por grupo.

Gráfico 2 - Desempenho geral por grupo



Fonte: Elaborado pela autora

Os ingressantes acertaram 33,40% da prova, os intermediários acertaram 43,47% e os concluintes 50,05%.

Com base nos resultados, percebe-se um aumento gradativo conforme o avanço dos grupos. Os ingressantes apresentam um menor percentual, de modo que acabaram de ingressar no curso e ainda estão conhecendo os conteúdos. Os concluintes, por sua vez, já demonstram um percentual maior, pois estão nas fases finais, possuem mais conhecimentos contábeis e, também, muitos já atuam na área, consolidando os assuntos aprendidos em sala de aula.

3.4.2 Desempenho geral por conteúdos específicos

Para realização e identificação do desempenho geral por conteúdos específicos, ponderou-se a quantidade total de acertos por conteúdos de cada grupo dividido pela multiplicação entre a quantidade de questões e alunos que realizaram a avaliação.

A Tabela 2 demonstra o desempenho geral por conteúdos específicos.

Tabela 2 - Desempenho geral por conteúdo específico

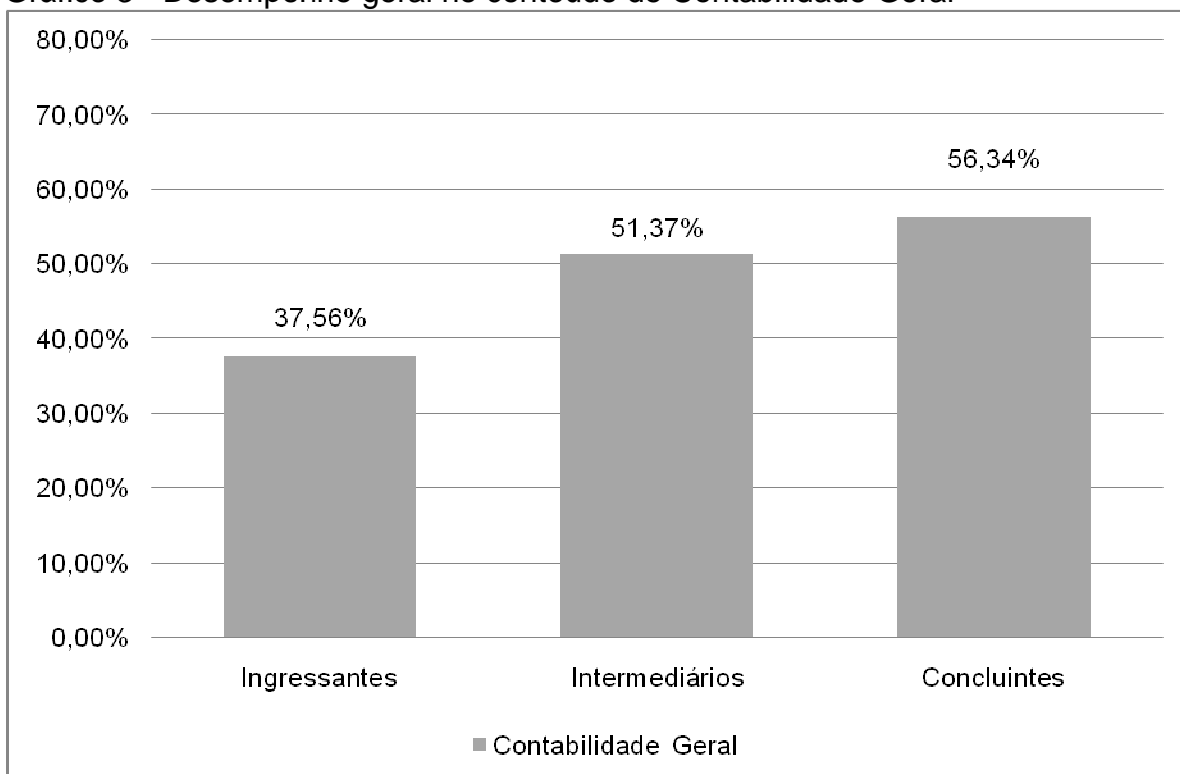
Conteúdo	Acertos Ingressantes	Acertos Intermediários	Acertos Concluintes	Quantidade Questões por Grupo
C. Geral	984	1012	631	10
C. Custos	660	740	490	10
Análise das DCS	744	727	443	10
C. Pública	293	243	138	3
Auditoria/Perícia	455	347	316	4
C. Tributária/Trabalhista	448	456	299	4
C. Gerencial	189	165	102	2
T. da Contabilidade	349	403	278	4
Finanças	254	189	106	3
AMOSTRA	262	197	112	50

Fonte: Elaborado pela autora

Para exemplificar, tem-se o seguinte desempenho para o conteúdo de Contabilidade Geral para os alunos intermediários: $(1012 / (10 \times 197)) \times 100 = 51,37\%$. Portanto, os alunos intermediários acertaram 51,37% das questões que envolvem a Contabilidade Geral.

O Gráfico 3 mostra o desempenho dos alunos no conteúdo Contabilidade Geral.

Gráfico 3 - Desempenho geral no conteúdo de Contabilidade Geral



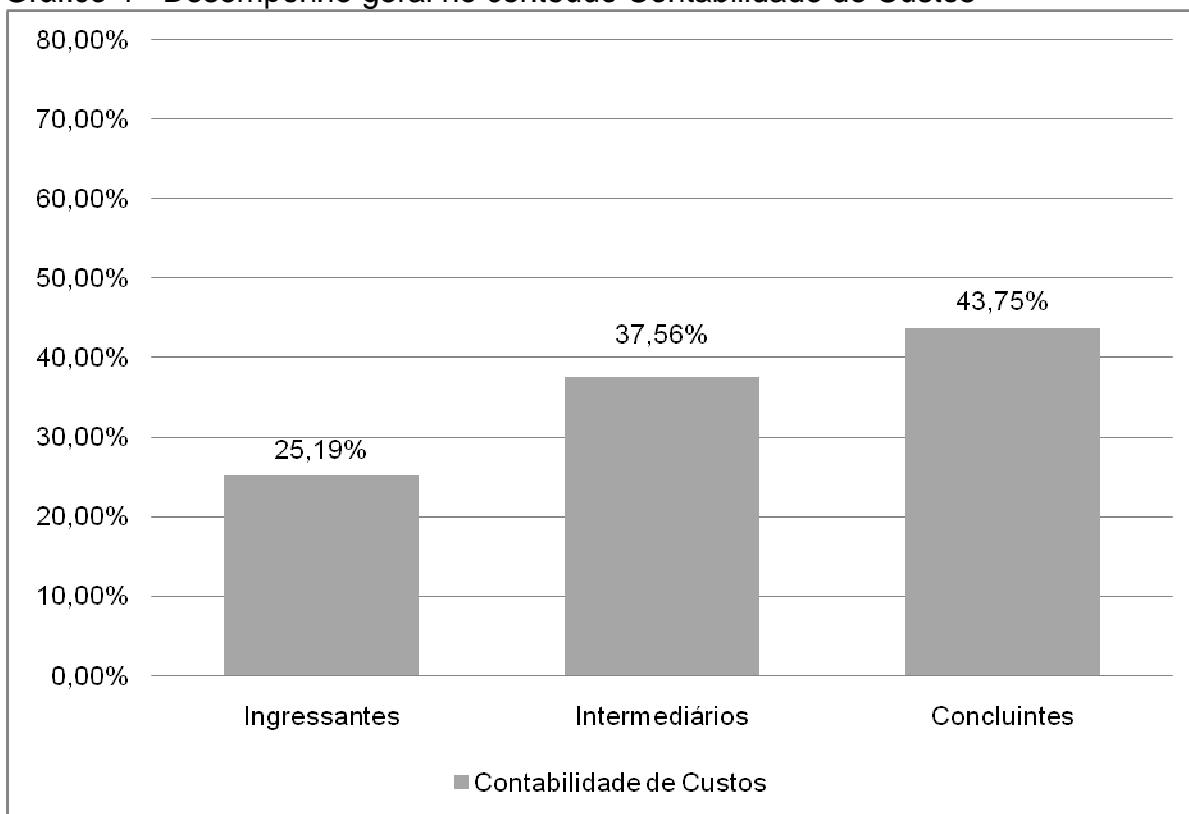
Fonte: Elaborado pela autora

Os percentuais de acertos na prova foram de 37,56% para os ingressantes, 51,37% para os intermediários e 56,34% para os concluintes.

Observa-se um crescimento no decorrer do avanço de cada grupo. O crescimento mais significativo foi entre os grupos ingressantes e intermediários com um percentual de 13,81%. Entre os intermediários e concluintes o aumento foi de 4,97%. Com esses resultados, vale observar que os alunos aprendem os assuntos nas fases iniciais e os mantêm até as finais.

O Gráfico 4 apresenta o desempenho dos estudantes em relação ao conteúdos da Contabilidade de Custos.

Gráfico 4 - Desempenho geral no conteúdo Contabilidade de Custos



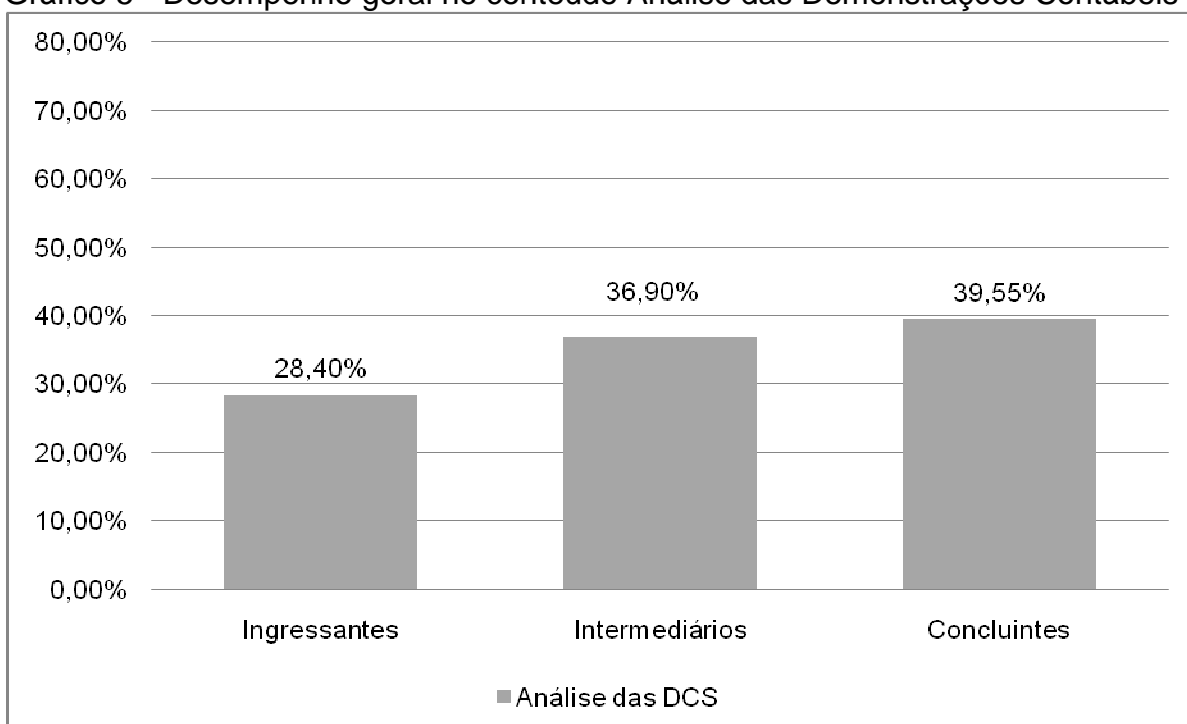
Fonte: Elaborado pela autora

Os percentuais de acertos no conteúdo de Contabilidade de Custos foram de 25,19% para os ingressantes, 37,56% para os intermediários e 43,75% para os concluintes.

Nota-se, um aumento entre os ingressantes e intermediários de 12,37% e entre intermediários e concluintes de 6,19%. Acredita-se que o aumento de 12,37% entre os grupos de ingressantes e intermediários, se dá devido ao fato de que os conteúdos da disciplina contabilidade de custos são lecionados na quarta e quinta fase, ou seja, os alunos aprendem esse conteúdo na fase intermediária do curso e os consolidam nas últimas fases.

No Gráfico 5 demonstra-se o desempenho dos alunos no conteúdo de Análise das Demonstrações Contábeis.

Gráfico 5 - Desempenho geral no conteúdo Análise das Demonstrações Contábeis



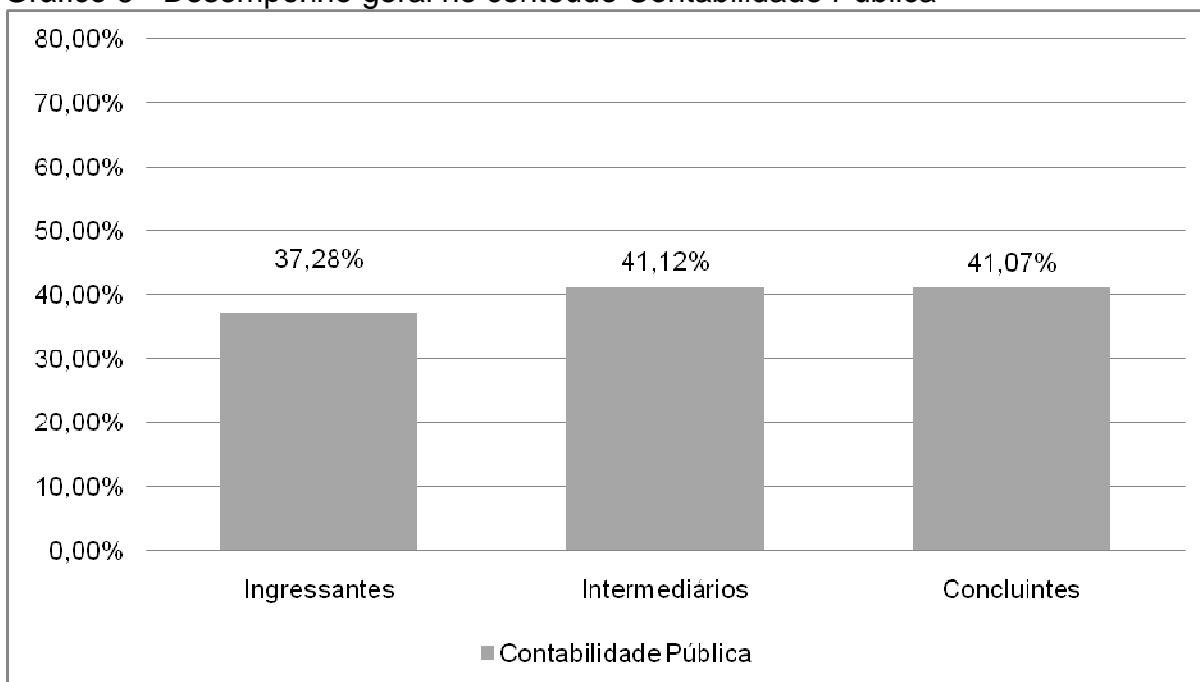
Fonte: Elaborado pela autora

Os percentuais de acertos no conteúdo de Análise das Demonstrações Contábeis foram de 28,40% para os ingressantes, 36,90% para os intermediários e 39,55% para os concluintes.

Neste conteúdo, os intermediários com base nos ingressantes tiveram um crescimento de 8,50%, e os concluintes com base nos intermediários de 2,65%. Este conteúdo é lecionado em duas disciplinas na quinta e sexta fases, portanto os alunos ingressantes não estudaram tal assunto. Isso justifica aumento significativo de acertos entre os grupos ingressantes e intermediários. Os concluintes mantêm os conhecimentos aprendidos nas fases anteriores.

No Gráfico 6 expõe-se o desempenho dos alunos no conteúdo Contabilidade Pública.

Gráfico 6 - Desempenho geral no conteúdo Contabilidade Pública



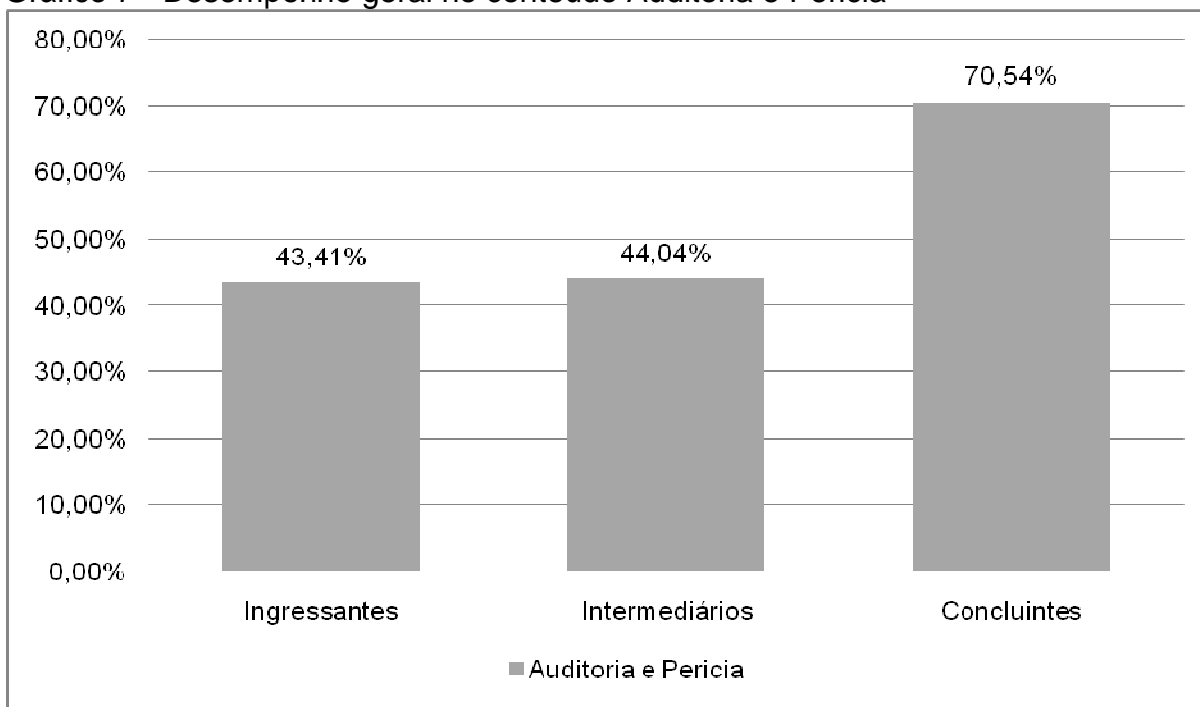
Fonte: Elaborada pela autora

Os percentuais de acertos no conteúdo de Contabilidade Pública foram de 37,28% para os ingressantes, 41,12% para os intermediários e 41,07% para os concluintes.

Constata-se um crescimento pouco expressivo de 3,79% entre os grupos ingressantes e concluintes. Salienta-se que esse conteúdo é lecionado na oitava e nona fase, pertencendo ao grupo de concluintes. Mesmo assim, não houve uma diferença significativa em relação aos grupos ingressantes e intermediários.

O Gráfico 7 mostra o desempenho dos alunos no conteúdo de Auditoria e Perícia.

Gráfico 7 - Desempenho geral no conteúdo Auditoria e Perícia



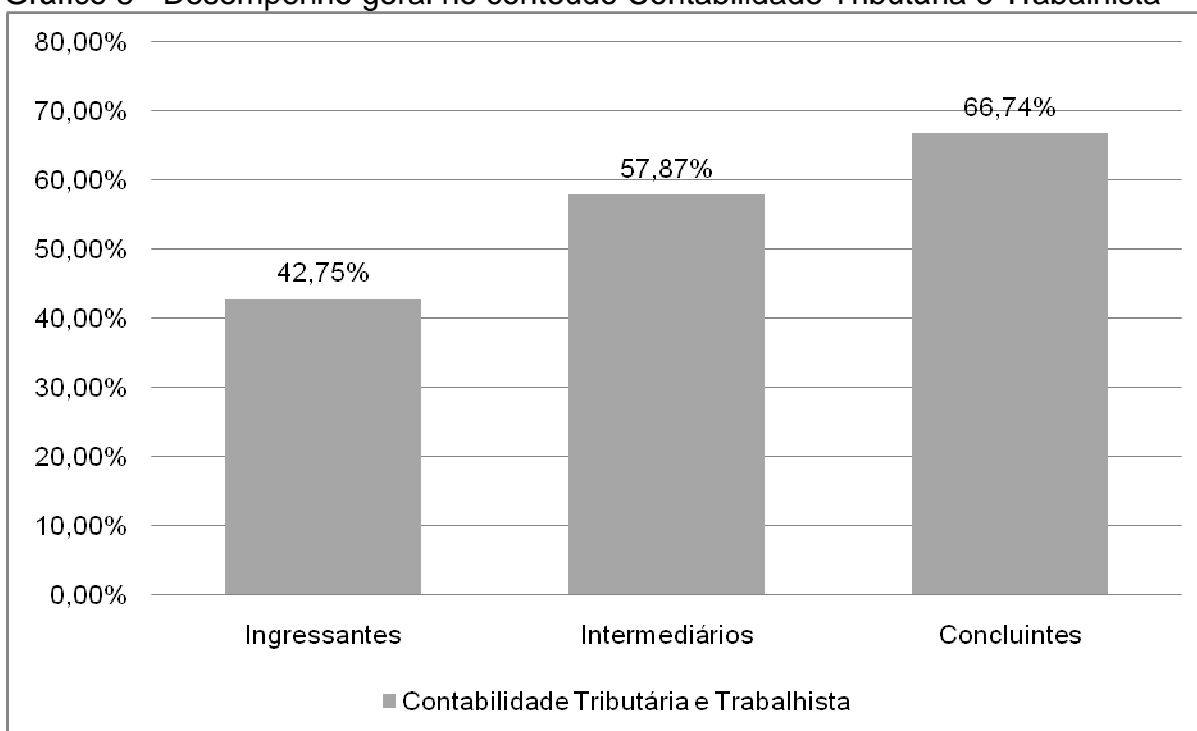
Fonte: Elaborado pela autora

Os percentuais de acertos no conteúdo de Auditoria e Perícia foram de 43,41% para os ingressantes, 44,04% para os intermediários e 70,54% para os concluintes. Observa-se que houve um aumento expressivo dos concluintes em relação aos ingressantes e intermediários com 27,13%.

Essa diferença pode ter ocorrido em função de que as disciplinas desse conteúdo serem ministradas na sétima e oitava fase. Logo, os alunos ingressantes e intermediários não estudaram tal conteúdo.

O Gráfico 8 apresenta o desempenho dos alunos no conteúdo de Contabilidade Tributária e Trabalhista.

Gráfico 8 - Desempenho geral no conteúdo Contabilidade Tributária e Trabalhista



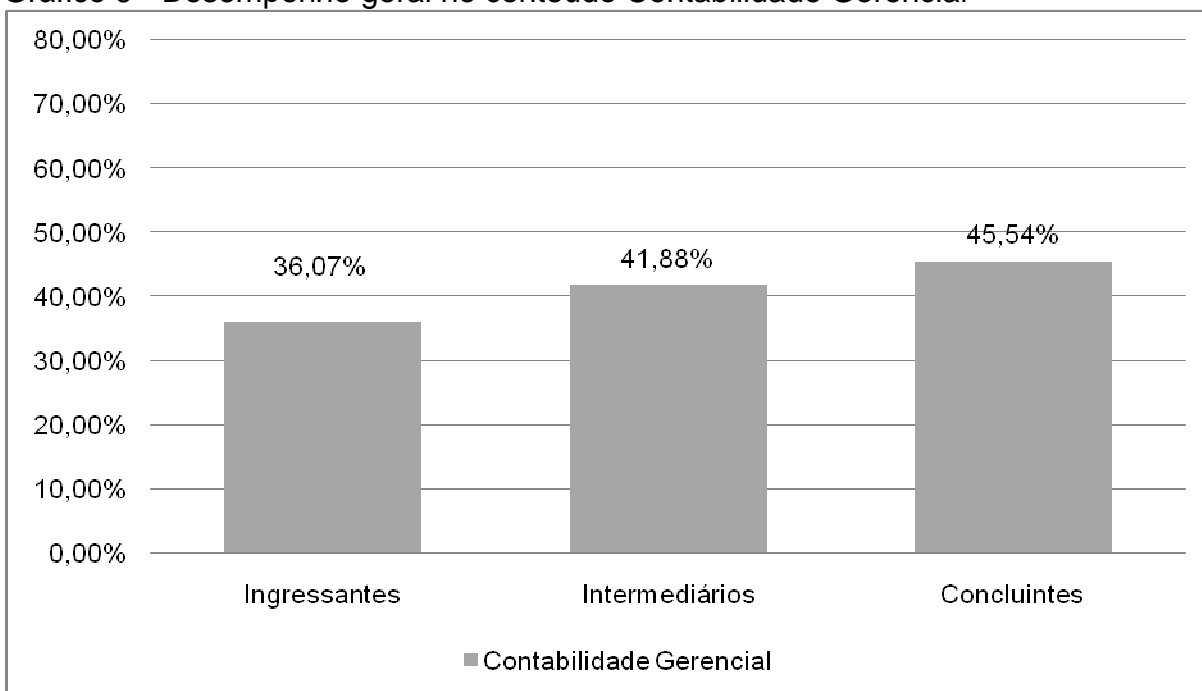
Fonte: Elaborada pela autora

Os percentuais de acertos no conteúdo de Contabilidade Tributária e Trabalhista foram de 42,75% para os ingressantes, 57,87% para os intermediários e 66,74% para os concluintes.

Em relação às diferenças percentuais, houve um aumento considerável entre os grupos. Dos ingressantes para os intermediários foi de 15,12%, e dos intermediários para os concluintes foi de 8,87%. Observa-se que a Contabilidade Trabalhista é lecionada na terceira fase e a Contabilidade Tributária é ministrada na quinta, sexta e sétima fases. Portanto, os alunos à medida que avançam entre grupos assimilam os assuntos e os mantêm para as fases seguintes, pois tais conteúdos são necessários para futuras disciplinas.

O Gráfico 9 demonstra o desempenho dos alunos no conteúdo de Contabilidade Gerencial.

Gráfico 9 - Desempenho geral no conteúdo Contabilidade Gerencial



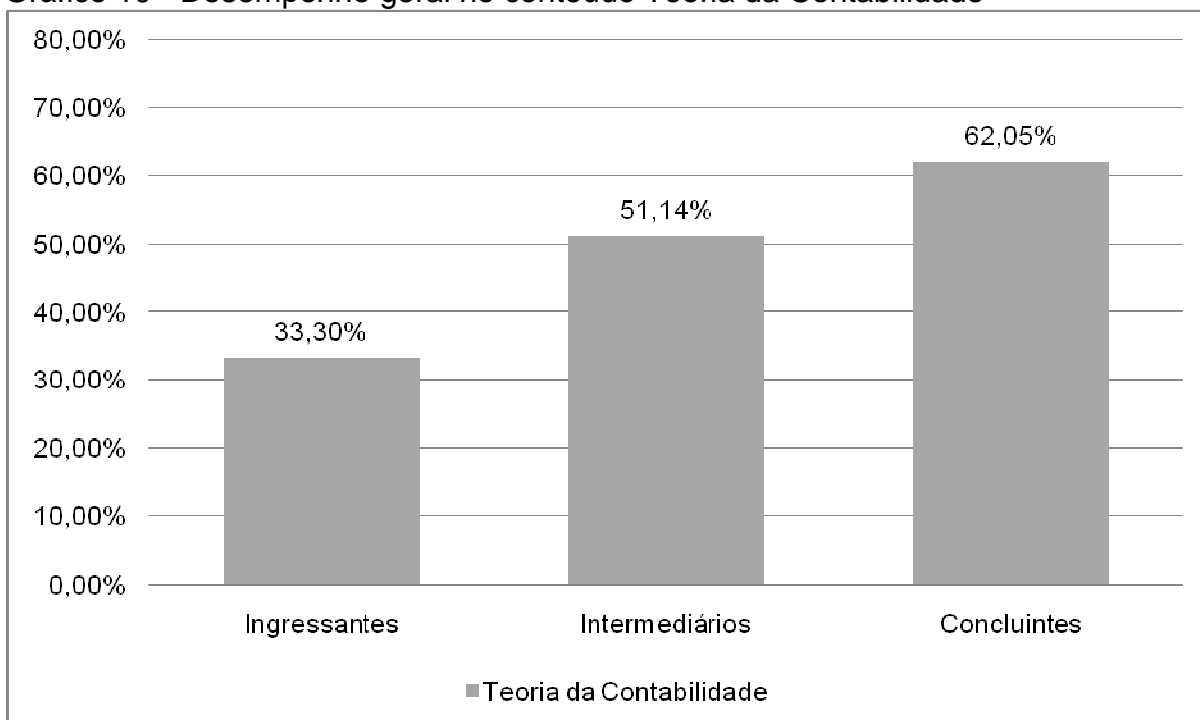
Fonte: Elaborado pela autora

Os percentuais de acertos no conteúdo de Contabilidade Gerencial foram de 36,07% para os ingressantes, 41,88% para os intermediários e 45,54% para os concluintes.

Percebe-se uma baixa diferença entre os grupos, de 5,81% entre ingressantes e intermediários e de 3,66% de intermediários e concluintes. A disciplina de Contabilidade Gerencial é lecionada na oitava fase, ou seja, para os alunos concluintes. Mesmo assim, eles não apresentaram um percentual significativo de acertos.

O Gráfico 10 destaca o desempenho dos alunos no conteúdo de Teoria da Contabilidade.

Gráfico 10 - Desempenho geral no conteúdo Teoria da Contabilidade



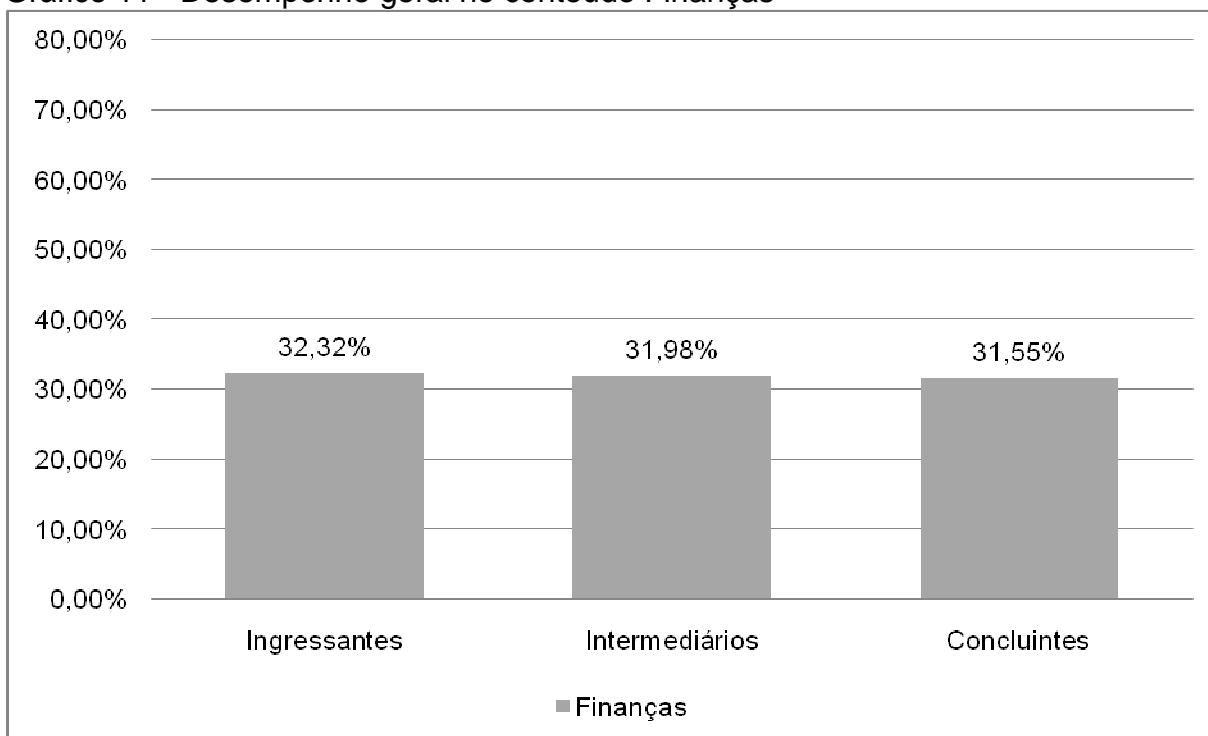
Fonte: Elaborado pela autora

Os percentuais de acertos no conteúdo de Teoria da Contabilidade foram de 33,30% para os ingressantes, 51,14% para os intermediários e 62,05% para os concluintes.

Verifica-se que houve um aumento expressivo entre os grupos: ingressantes e intermediários de 17,84% e intermediários e concluintes de 10,91%. A disciplina teoria da contabilidade é lecionada na sétima fase, portanto os alunos ingressantes e intermediários não estudaram esse assunto, o que justifica o maior percentual de acertos dos concluintes.

O gráfico 11 demonstra o desempenho dos acadêmicos na disciplina que envolve finanças.

Gráfico 11 - Desempenho geral no conteúdo Finanças



Fonte: Elaborado pela autora

Os percentuais de acertos no conteúdo de Finanças foram de 32,32% para os ingressantes, 31,98% para os intermediários e 31,55% para os concluintes.

Nota-se que não houve uma diferença significativa entre os grupos. As disciplinas de finanças são ministradas na segunda e terceira fases. Logo, os alunos ingressantes conhecem o assunto e com o decorrer do curso os perdem. Portanto se pode perceber, que este foi o conteúdo com o percentual mais baixo de acerto entre os grupos.

3.4.3 Desempenho geral médio de acerto por grupo

O cálculo da média de acerto por grupo é obtido a partir da divisão entre o total de acertos dos acadêmicos por grupo pela quantidade de alunos que realizaram a prova.

A Tabela 3 apresenta a média de acertos por grupo.

Tabela 3 - Média de acertos por grupo

Conteúdo	Ingressantes	Intermediários	Concluintes
C. Geral	984	1012	631
C. Custos	660	740	490
Análise das DCS	744	727	443
C. Pública	293	243	138
Auditoria/Perícia	455	347	316
C. Tributária/Trabalhista	448	456	299
C. Gerencial	189	165	102
T. da Contabilidade	349	403	278
Finanças	254	189	106
Total de Acertos	4376	4282	2803
Amostra	262	197	112
Média	16,70	21,74	25,03

Fonte: Elaborado pela autora

As médias de acertos na avaliação geral foram de 17 questões para os ingressantes, 22 questões para os intermediários e 25 questões para os concluintes.

Constata-se um crescimento da média de acertos com o avanço dos alunos entre os grupos.

A Tabela 4 apresenta o resumo estatístico de acertos dos grupos.

Tabela 4 - Estatística descritiva do desempenho geral de acertos

Grupo	Média	Mediana	Des. Padrão	Mínimo	Máximo
Ingressantes	16,70	16	4,77	6	39
Intermediários	21,74	21	6,49	7	38
Concluintes	25,03	25	6,67	9	43

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela mostra que 50% dos ingressantes, intermediários e concluintes (mediana) acertaram mais de 16, 21 e 25, questões respectivamente. O mínimo de questões acertadas por grupos foram: 6 nos ingressantes, 7 nos intermediários e 9 nos concluintes. Em relação ao número máximo de acertos teve-se: 39 para os ingressantes, 38 para os intermediários e 43 para os concluintes.

No intuito de verificar se as diferenças entre as médias dos grupos são significativas estatisticamente, aplicou-se o teste estatístico Análise da Variância (ANOVA). A Tabela 5 mostra o resultado.

Tabela 5 - ANOVA sobre as diferenças de acertos entre os grupos

Fontes da Variação	SQ	gl	MQ	F	valor p*
Diferenças entre grupos	8627,289	8	1078,411	36,061	,000
Dentro dos Grupos	16806,767	562	29,905		
Total	25434,056	570			

*Valor resultante da publicação do teste ANOVA ($p < 0,05$)

Fonte: Elaborado pela autora

Com base no teste, pode-se verificar que o valor de p (0,000) obtido no teste estatístico é menor que 0,05. Sendo assim, se aceita a hipótese de que há diferenças significativas entre as médias de acertos entre os grupos. Isso aponta que há uma evolução, estatisticamente significativa, no nível de aprendizagem contábil dos alunos à medida que avançam de grupos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem um papel fundamental na vida de cada cidadão. Por isso o ensino superior é considerado o maior responsável pela formação de profissionais capacitados para as diversas profissões do mercado de trabalho. Desta forma, a avaliação das instituições de ensino superior serve para verificar como está o processo de ensino e se o conhecimento está sendo propagado de forma adequada.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar o nível de aprendizagem dos alunos do curso de Ciências Contábeis da UNESC em uma avaliação que contempla os principais conteúdos específicos da área contábil.

Em relação ao primeiro objetivo específico, o desempenho geral dos acadêmicos na avaliação, observou-se que os ingressantes acertaram 33,40%, os intermediários 43,47% e os concluintes 50,05%.

No segundo objetivo específico, o desempenho dos acadêmicos por conteúdo, constatou-se que em contabilidade geral os ingressantes obtiveram um percentual de acertos de 37,56%, os intermediários de 51,37% e os concluintes de 56,34%. Em contabilidade de custos, o desempenho dos ingressantes foi de 25,19%, os intermediários de 37,56% e os concluintes de 43,75%. Em análise das demonstrações contábeis, o desempenho dos ingressantes foi de 28,40%, os intermediários de 36,90% e os concluintes de 39,55%. Em contabilidade pública, o desempenho dos ingressantes foi de 37,28%, os intermediários de 41,12% e os concluintes de 41,07%. Em auditoria e perícia, o desempenho dos ingressantes foi de 43,41%, intermediários de 44,04% e os concluintes de 70,54%. Em contabilidade tributária e trabalhista, o desempenho dos ingressantes foi de 42,75%, os intermediários de 57,87% e os concluintes de 66,74%. Em contabilidade gerencial, o desempenho dos ingressantes foi de 36,07% de acertos, os intermediários de 41,88% e os concluintes de 45,54%. Em teoria da contabilidade, o desempenho dos ingressantes foi de 33,30%, os intermediários de 51,14% e os concluintes de 62,05%. No conteúdo finanças, os ingressantes acertaram 32,32%, os intermediários 31,98% e os concluintes 31,55%.

No que tange ao terceiro objetivo específico, desempenho médio de acerto, notou-se que a média dos acertos dos ingressantes foi de 16,70, dos intermediários de 21,74 e dos concluintes de 25,03. O teste estatístico de Análise de Variância comprovou que a diferença das médias de acertos entre os grupos é

significativa. Logo, observa-se que na medida em que os alunos avançam entre os grupos, há uma maior agregação de conteúdo da área contábil.

Conclui-se, a partir dos resultados, que os alunos do curso de Ciências Contábeis da UNESC possuem um nível razoável de acertos em relação aos principais conteúdos específicos da área contábil de modo geral.

Por fim, a pesquisa permite uma reflexão por parte dos alunos, professores e coordenação em relação ao desempenho dos alunos, além de fornecer subsídios para ações que visam melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Observa-se que a avaliação do ensino e aprendizagem tem um papel fundamental, pois é por meio dele que se pode mensurar a qualidade de ensino dos cursos e das instituições, visando sempre à melhoria do ensino e formação de melhores cidadãos e profissionais.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2000.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. Decreto n. 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DecN3860.pdf>> Acesso em: 04 mai. 2012.

_____. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm> Acesso em: 04 mai. 2012.

_____. Ministério da Educação (MEC). Portaria n. 6, de março de 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 04 mai. 2012.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 34ª ed. Brasília: Câmara, 2011.

COELHO, José Martônio Alves. Exame de Suficiência: um passo adiante. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 28, n. 117, p. 17-19, Brasília, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Decreto Lei nº 9.295/46**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126558/decreto-lei-9295-46>>. Acesso em: 14 mai. 2011.

_____. Resolução CFC nº 1.373 de 8 de dezembro de 2011. Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade. Disponível em www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1373.doc. Acesso em: 14 mai. 2011.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RS – CRCCRS. **Suspensão do Exame de Suficiência**. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/noticias/aviso.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2012.

FAHL, Alessandra Cristina; MANHANI, Lourdes Pereira de Souza. **As perspectivas do profissional contábil e o ensino da contabilidade**. 2006, p. 25-33. Disponível em: <http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rcger/article/viewFile/62/60> Acesso: 15 de mai. de 2011.

Gil AC. **Como elaborar projetos e pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

INEP. **Geografia da educação brasileira**. Brasília, MEC, 2002.

_____. **Avaliação dos cursos de graduação**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino>> Acesso em: 08 nov. 2011.

_____. Portaria nº. 107, de 22 de julho de 2004. Dispõe sobre a inscrição de alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Disponível em:<www.inep.gov.br/download/superior/.../portaria_107.doc>. Acesso em: 07 nov. 2011.

_____. Portaria nº. 121 de 28 de junho de 2006. Dispõe sobre avaliação da área de Ciências Contábeis e da formação geral do ENADE. Disponível em< <http://www.unidavi.edu.br/?pagina=FILE&id=22348> >. Acesso em: 29 mai. 2012.

_____. Portaria nº. 125 de 24 de junho de 2009. Dispõe sobre avaliação da área de Ciências Contábeis e da formação geral do ENADE. Disponível em:<www.inep.gov.br/download/superior/.../portaria_125.doc>. Acesso em: 29 mai. 2012.

_____. **Processo de ensino-aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=37535>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

_____. **Conceitos e impactos do ENADE**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/enade/estudantes/conceitos-e-impactos-do-2nade.html>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

KOLIVER, Olívio. O Exame de Suficiência e as prerrogativas profissionais. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 98, p.6-13, fev. 1999.

Laffin, Marcos. **De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

LINS, Hoyêdo Nunes. Pedagogia da Sedução. **Plural**, Florianópolis, v.8, n. 12, p. 13 – 19, setembro/2000.

MARION, José Carlos. **O Ensino da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MASETTO, Marcos Tarcisio. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisa em administração, v. 1, n. 3, 1996.

NOSSA, Valcemiro. **Formação do corpo docente dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil: uma análise crítica.** Disponível em: <<http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad21/formacao.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2011.

NOSSA, Valcemiro. **Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise crítica da formação do corpo docente.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. (1999).

OLIVEIRA, Gerson Pastre de. **Avaliação formativa nos cursos superiores: verificações qualitativas no processo de ensino-aprendizagem e a autonomia dos educandos.** Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/261Pastre.PDF>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

PELEIAS, Ivan Ricardo; PALMA, Daniel Azevedo et al. **Didática do ensino da contabilidade: aplicável a outros cursos superiores.** São Paulo: Saraiva, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002.

Resolução CNE/CES 10/2004, de 16 de Dezembro de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.** Disponível em: <http://r1.ufrj.br/graduacao/arquivos/docs_diretrizes/cconrces10_04_resol.pdf> Acesso em: 07 nov. 2011.

Resolução CNE/CES 67/2003, de 11 de março de 2003. **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>> Acesso em: 07 nov. 2011.

Resolução Conselho Federal de Educação n. 3, de 5 de outubro de 1992. **Fixa o mínimo de conteúdos e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.** Disponível em: <http://www.humbertorosa.com.br/Coordenacao/Legislacao%20do%20Curso/01_Resolucao_CFE_03_1992.pdf> Acesso em: 07 nov. 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social métodos e técnicas.** São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

ROSELLA, Maria Helena et al. O ensino superior no Brasil e o ensino da contabilidade. In: PELEIAS, Ivam Ricardo (org.). **Didática do Ensino da Contabilidade: aplicável a outros Cursos Superiores.** : Saraiva, 2006

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. História. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_do_Extremo_Sul_Catarinense> Acesso em: 27 abr. 2012.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/resources/documentosoficiais/4475.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2011.

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/91/5139/>> Acesso em: 26 abr. 2012.

VASCONCELOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5 ed. São Paulo: Libertad, 2004.

WALZER, Michael. **Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.